

## ***UM CONGRESSO COM HISTÓRIA, SENTIMENTOS E IDEAIS COMUNS<sup>1</sup>***

---

**SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Se a palavra “saudade” é das mais belas de quantas existem na língua que nos une e que expressa as nossas emoções, tristezas e alegrias, até porque, ao refletir um sentimento presente, misteriosamente engloba, no dizer de Reale, passado e futuro, outra há, “gratidão”, que melhor caracteriza a gente luso-brasileira, para quem os valores do coração compõem o universo primeiro da essencialidade.

Daí o desejo, que neste momento se impõe como dever e cortesia, de começar por agradecer.

Agradecer, de início, e de minha parte, o honroso convite da direção deste “Congresso Portugal-Brasil, Ano 2.000”, no tema Direito, para falar pelo meu País no seu encerramento solene, ao lado do Conselheiro Cardoso da Costa, presidente da Corte Constitucional, e dos não menos eminentes Professores Doutores Avelãs Nunes e Gomes Canotilho, duas das mais altas expressões da comunidade jurídica portuguesa: o primeiro, dinâmico e culto diretor do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito de Coimbra, de tantas glórias e prestígio; o segundo, Jurista que se impôs à admiração e ao respeito do mundo contemporâneo como um dos seus maiores constitucionalistas, um e outro pródigos nos gestos de cordialidade e fidalguia.

Mandatário de tão enobrecedora missão, e sob essa moldura de afetividade, princípio por agradecer-lhes, a eles, aos seus ilustres Pares e Auxiliares, as múltiplas atenções com que temos sido distinguidos neste histórico e inesquecível Congresso.

---

<sup>1</sup> Pronunciamento por ocasião do encerramento do “Congresso Brasil Portugal – Ano 2.000/Direito”, nas comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, Coimbra, 25.6.99

Se o agradecimento que ora se faz também alcança os brasileiros, que aqui vieram, muitos acompanhados de familiares e amigos, para dar brilho ainda maior às festividades comemorativas dos quinhentos anos do descobrimento, peço-lhes licença para direcioná-lo aos nossos anfitriões, que nos acolheram com o calor que sempre uniu os nossos dois povos, irmãos pela história, pela raça, pelas tradições, pela língua comum, pelas origens culturais e pelos sentimentos mais puros da alma humana, valendo-me, para tanto, dos belos versos de Camões, o nosso poeta-maior:

“Assim que a vida é alma e esperança,  
E tudo quanto tenho, tudo é vosso;  
E o proveito disso eu só o levo.  
Porque é tamanha bem-aventurança,  
O dar-vos quanto tenho e quanto posso,  
Que quanto mais vos pago, mais vos devo”.

Não pretendo, todavia, nestes breves momentos, limitar-me ao agradecimento. Em igual intensidade, quero expressar cumprimentos a quantos proporcionaram a realização deste Congresso, aos seus dirigentes e organizadores, notadamente ao Min. Marcos Vilaça e ao Dr. Urbano Vitalino, que com lucidez e dinamismo levaram a bom termo a sua missão, às equipes de sustentação, aos eminentes conferencistas, expositores e debatedores que nos encantaram com suas teses e intervenções, aos universitários e operadores do Direito vencedores do concurso de monografias, às editoras que deram singular relevo ao encontro.

Cumprimentos especiais quero externar a essa admirável Universidade de Coimbra e à sua egrégia Faculdade de Direito, de cujas

Arcadas saíram as primeiras gerações de juristas brasileiros. Cumprimentos, com inescondíveis orgulho e emoção, pelo gesto elegante e justo em contemplar, com o doutoramento *honoris causa*, cinco dos mais cultos e respeitados mestres da ciência jurídica brasileira, os ilustres professores Caio Mário da Silva Pereira, Fábio Konder Comparato, Galeno Lacerda, Luiz Pinto Ferreira e Vicente Marotta Rangel.

Nestes quinhentos anos de existência, certo é que vez por outra divergimos, como é próprio e compreensível nas relações pai e filho. Mas essas eventuais divergências, longe de nos afastar, acabaram por nos aproximar ainda mais, a começar pelo ato da nossa independência, proclamada por um filho da Pátria-mãe, que no Brasil deixou como penhor o próprio filho.

Pela bravura e pelo espírito destemido da gente desta terra fomos descobertos e chegamos à organização social que hoje nos acolhe, formada pela união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal, Estado democrático de direito que tem como fundamento a soberania, a dignidade da pessoa humana, a cidadania, o pluralismo político, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, na aspiração comum, como proclama a nossa Lei Maior, de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Com avanços, tropeços e até mesmo retrocessos, e não obstante as profundas e amargas desigualdades sociais, somos, mercê de Deus, uma nação livre e democrática, a abrigar um povo ordeiro, trabalhador, alegre, cordial e convivente.

Temos, portugueses e brasileiros, percorrido juntos um longo caminho. Suas leis foram as nossas leis. Somente sob a égide das Ordenanças Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, fomos regidos por mais de

três séculos. Se a Independência nos separou politicamente e nos fez trilhar caminhos diversos, se regimes totalitários turvaram em certos momentos os nossos horizontes, tais tremores não foram suficientes para abalar as nossas raízes comuns e as nossas relações, marcadas pelo respeito mútuo e pela cordialidade da convivência desde os primeiros contatos entre lusitanos e nativos, como já anotava Caminha em sua carta-documento, transformada em versos pela aguda sensibilidade humana e poética de Manoel Alegre filho adotivo desta cidade, a nos repetir, embora em outro contexto, que “o nosso amor é de saudade”. Foi nestas ladeiras, sob o manto das lições centenárias de sua Universidade e dos seus juristas, ontem tão respeitáveis como hoje, que buscamos os primeiros alicerces da nossa ordem jurídica.

Tudo isso também é motivo de orgulho para nós, brasileiros. Daí envaidecer-nos a circunstância desta celebração realizar-se nesta cidade-canção, relicário das mais belas e nobres tradições na formação da cultura jurídica brasileira, a emoção em participar deste Congresso, no qual, revendo o passado, analisando o presente e projetando o futuro, intercabíamos idéias, aprofundamos reflexões, reafirmamos a crença no Direito e proclamamos a primazia dos direitos fundamentais.

Com este espírito aqui viemos, embalados pela esperança, a mesma que há cinco séculos levou três caravelas, algumas dezenas de homens e muita bravura a um mundo novo, às terras de Santa Cruz. A esperança de que, nos horizontes de um novo mundo, a comunidade luso-brasileira seja luz e seja norte, sob a proteção dessa arte de conduzir os homens que é a ciência do Direito, a mesma que elegeu Coimbra um dos templos da sua celebração.

Se “a vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros pela vida”, como murmura o cancionero popular brasileiro nos versos de Vinícius de Moraes, e se “tudo vale a pena se a alma não é pequena”, como diz Fernando Pessoa, valeu esperar por estes quinhentos

anos. Para renovar os nossos laços de fraternura e ter a certeza de que estamos a caminhar para o novo século e o novo milênio comungando os mesmos ideais e o sonho comum de um mundo melhor, mais humano e feliz.

Que assim seja, são os votos da gente brasileira.